



graduação das praças. Em decorrência desse preceito, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a perda da graduação de militar não pode se dar por meio de procedimento administrativo;

d - É cediço que se aplica ao processo administrativo disciplinar os princípios do formalismo moderado, da oficialidade, da verdade material, do devido processo legal, dentre outros, e, principalmente, da ampla defesa e do contraditório, mas, segundo o excelso Supremo Tribunal Federal, estes últimos não são tão abrangentes que imponham o direito à defesa técnica por advogado ao processado administrativamente;

e - Não obstante vigor na seara do direito administrativo disciplinar o princípio da autonomia ou independência das instâncias, é pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que “pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público”.

40. Tratando de serviços públicos, analise as asseverações e responda:

I – A prestação do serviço público pelos particulares, por meio de delegação, tem seu campo fértil quando do surgimento do contemporâneo “Estado neoliberal”, que, respectivamente, tem seu fundamento no “Estado mínimo” (pequeno), conhecido pela expressão francesa ‘État Gendarme’, no qual as grandes transformações ocorriam por meio da figura do indivíduo que, no gozo da liberdade plena, agia sem a imposição de nenhum tipo de limitação, formando o “Estado absenteísta”, situação essa materializada pela conhecida expressão francesa, mencionada por diversos autores: ‘Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même’ (deixe fazer, deixe passar, o mundo caminha por si mesmo).

II – A partir do advento da parceria público-privada, a classificação das modalidades de concessão da prestação de serviços públicos sofreu alteração, podendo assim ser descrita: concessões comuns, preconizadas na Lei Federal nº. 8.978/95; concessões administrativas e patrocinadas, previstas na novel Lei Federal nº. 11.079/2004; e concessões de utilização especial de bens públicos por particulares, reguladas pela Lei Federal nº. 271/67.

III – A privatização, em sentido amplo, abarca a desregulação; a desmonopolização de atividades econômicas; a venda de ações de empresas estatais ao setor privado que pode também ser denominada desnacionalização ou desestatização; a concessão de serviços públicos; os ‘contracting out’, que incluem a terceirização; e a substituição dos impostos por preços e tarifas a cargo dos consumidores e usuários, como modo de financiamento dos serviços públicos.

IV – A Lei Federal nº. 11.079/2004, que instituiu a novel parceria público-privada (PPP) define-a como o contrato administrativo de concessão nas modalidades: a)

patrocinada, que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado; e b) administrativa, na qual a administração pública é usuária direta ou indireta, estipulando um limite mínimo de 20 (vinte) milhões para contratação, período de prestação do serviço de, no mínimo, 5 (cinco) anos e prazo de vigência de, no máximo, 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação. A referida Lei prevê como novidade, em relação aos contratos de concessão comum, a repartição de riscos entre as partes, a criação de um fundo garantidor de PPP e a constituição de sociedade de propósito específico após a celebração do contrato, dentre outras novidades.

a - Apenas estão corretas as assertivas de número I e IV;

b - Apenas estão corretas as assertivas de número I e III;

c - Apenas está correta a assertiva de número I;

d - Apenas estão corretas as assertivas de número III e IV;

e - Todas as assertivas estão incorretas.

41. Com relação à intervenção do Estado no domínio econômico, é incorreto afirmar:

a - Quanto à natureza da atuação ou intervenção do Estado no domínio econômico, o Estado-regulador pratica intervenção direta no domínio econômico quando impõe normas reguladoras da atividade econômica, destinadas principalmente aos particulares, bem como quando se utiliza dos mecanismos jurídicos preventivos e repressivos para coibir eventuais condutas abusivas. Diante dessa afirmação, segundo o Supremo Tribunal Federal, ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área;

b - A função do Estado não é ser empresário, explorando a atividade econômica, por isso somente desempenhará essa função quando for necessária aos imperativos da segurança nacional ou estiver evidente o relevante interesse coletivo, conforme regulação legal, podendo agir somente como agente normativo e regulador da atividade econômica, fiscalizando, incentivando e planejando tal atividade;

c - A ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, com a finalidade de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; redução das desigualdades regionais e sociais; além de outros princípios elencados no texto constitucional;

d - Quando a Constituição Federal, no art. 173, § 4º, preceitua que “a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros” inclui, dentre outros, a repressão às práticas de trustes, cartéis, ‘dumpings’, monopólios, oligopólios, monopsonios e oligopsonios;



e - As infrações da ordem econômica, como: limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bens ou serviços; aumentar arbitrariamente os lucros; e exercer de forma abusiva posição dominante, devem ser punidas conforme se verificar que o empresário agiu com culpa ou intenção de lesar.

42. Tratando de bens públicos, é incorreto asseverar que:

a - Os bens das empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que explorem atividade econômica, submetem-se ao regime próprio das empresas privadas e, antagonicamente, para a doutrina majoritária, as que prestam serviços públicos ou desenvolvem atividade em caráter de monopólio têm seus bens construídos de forma semelhante aos bens públicos, porquanto aplicam-se a essas entidades da administração indireta, enquanto prestadoras de serviço público, as normas de licitação, o controle pelo Tribunal de Contas e a prevenção ou correção à lesão ao seu patrimônio via ação popular, além de se sujeitarem à Lei de Improbidade Administrativa;

b - A afetação é um fato administrativo que pode ocorrer de modo explícito ou implícito, sendo que este ocorre quando o poder público passa a utilizar um bem para certa finalidade sem manifestação formal, pois é essa conduta que mostra o uso do bem, e já aquele se manifesta por meio de lei, pela prática de um ato administrativo e pelo registro de projetos de loteamento, nos termos da Lei Federal nº. 6.766/79, artigos 17 e 22; quanto à desafetação, pode advir de manifestação explícita, como no caso de autorização legislativa para venda de bem de uso dominical, e implícita, com base em conduta da administração nesse sentido, como na hipótese de operação urbanística que torna inviável o uso de uma rua próxima como via de circulação;

c - Estando em voga a questão de terras indígenas, pode-se afirmar que existe nessas áreas a afetação a uma finalidade pública, qual seja, a proteção a essa categoria social; entretanto, não é estritamente um serviço administrativo, mas há objetivo social perseguido pelo Poder Público, enquadrando-se, por esse motivo, na categoria dos bens de uso especial. Realçando esse caráter protetivo, o STF definiu que os bens do domínio da União, previstos no art. 20, incisos I (bens que lhe pertencem ou que vierem a lhe pertencer) e IX (recursos minerais), não alcançam as terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto;

d - No caso de enfiteuse, se o enfiteuta for pessoa de direito público, efetuado o resgate por meio do devido pagamento ao proprietário-senhorio direto, a propriedade se consolidará em favor daquele e, por via de consequência, o bem, que era privado, passará a ostentar a natureza de bem público;

e - Pertencem ao Estado de Mato Grosso do Sul as terras devolutas que integram o seu território e que não pertencem à União, tornando-se indisponíveis quando arrecadadas por ações discriminatórias e quando necessárias à proteção dos ecossistemas naturais; pertencem ao referido Estado-membro as águas superficiais e do Aquífero Guarani que correm subterraneamente em seus limites; bem como as

águas fluentes, emergentes e em depósito, que, na forma da lei, não decorram de obras da União; e as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.

43. Na seara dos poderes administrativos, julgue as assertivas abaixo:

I – A administração pública tem poder-dever de agir, por isso concluem os doutrinadores que a inércia do administrador é ilegítima, na medida em que lhe incumbe conduta comissiva, considerando-se, por esse motivo, a omissão administrativa ilegal, combatível por meio do direito de petição disponibilizado ao administrado. Porém, nem toda omissão administrativa pode ser considerada ilegal, como ocorre no caso das omissões genéricas, em relação às quais cabe ao administrador avaliar a oportunidade própria para adotar as providências positivas que a moderna doutrina denomina de reserva do possível, para indicar que, por vários motivos, nem todas as metas governamentais podem ser alcançadas, principalmente pela costumeira escassez de recursos financeiros. Por outro prisma, ilegais serão as omissões específicas, pois estas podem ocorrer mesmo diante de expressa imposição legal no sentido do ‘facere’ administrativo em prazo determinado, ou ainda quando, mesmo sem prazo fixado, a administração pública permanece omissa em período superior ao aceitável dentro de padrões normais de tolerância e razoabilidade.

II – Na seara do poder de polícia, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento majoritário de que é legal a exigência do pagamento de multas de trânsito, mesmo sem a prévia notificação do infrator, para a renovação de licenciamento de veículos.

III – O Supremo Tribunal Federal, tratando do poder regulamentar do concedente, entendeu que na concessão de serviço público, como ato complexo, meio regulamentar, meio contratual, o poder concorrente pode modificar, mediante lei, o funcionamento do serviço, alterar o regime dos bens públicos, nela envolvidos, e até impor novos ônus ao concessionário, desde que lhe assegure o equilíbrio financeiro necessário à remuneração e amortização do capital efetivamente investido.

IV – Estudos doutrinários têm tratado, como uma só unidade, a discricionariedade e os conceitos jurídicos indeterminados. Outros estudiosos do assunto consideram que estes termos ou expressões contidos em normas jurídicas, por não terem exatidão em seu sentido, permitem que o intérprete ou o aplicador possa atribuir certo significado, mutável em função da valoração que se proceda diante dos pressupostos da norma. É o que sucede com expressões do tipo “ordem pública”, “bons costumes”, “interesse público”, “segurança nacional” etc. São conceitos cujo âmbito se apresenta em medida apreciável incerto, encerrando apenas uma definição ambígua dos pressupostos a que o legislador conecta certo efeito de direito. Antagonicamente, a discricionariedade não pressupõe imprecisão de sentido, mas



escolha a situação jurídica diante da qual o administrador pode optar por uma dentre várias condutas lícitas possíveis.

- a - Apenas estão corretas as assertivas de número I, II e III;
- b - Apenas estão corretas as assertivas de número II, III e IV;
- c - Apenas estão corretas as assertivas de número III e IV;
- d - Apenas estão corretas as assertivas de número I, III e IV;
- e - Todas as assertivas estão corretas.

## DIREITO CIVIL E COMERCIAL

44. Analise as afirmações a seguir, acerca das denominadas cláusulas abusivas no direito do consumidor, e em seguida identifique a alternativa correta:

I. A noção de abuso na Lei Federal 8078, de 11 de setembro de 1990, é associada à proteção contratual do consumidor, e dela resulta a cominação da sanção de nulidade absoluta das disposições contratuais prejudiciais, como aquelas discriminadas pelo legislador ('*numerus apertus*');

II. O sistema de proteção contratual do consumidor, disciplinado pela Lei Federal 8078, de 11 de setembro de 1990, não exclui a hipótese de redução do negócio jurídico, a despeito da presença de cláusula reputada abusiva;

III. São hipóteses legais expressas de cláusulas abusivas: imposição de representante para concluir outro negócio jurídico pelo consumidor, autorização para o cancelamento unilateral do contrato, autorização para o fornecedor modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato após a sua celebração.

- a - Todas as afirmações são verdadeiras;
- b - Nenhuma das afirmações é verdadeira;
- c - Duas afirmações são falsas;
- d - Apenas as afirmações I e III são verdadeiras;
- e - São verdadeiras apenas as afirmações I e II.

45. Analise as afirmações a seguir, acerca dos títulos de crédito, e em seguida identifique a alternativa correta:

I. Sendo concedido em instrumento apartado da nota promissória, a despeito da denominação adotada, não se produzirão os efeitos do aval;

II. A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia;



III. Responde pelo pagamento da dívida o avalista, a despeito da declaração de nulidade da obrigação do sujeito em favor de quem outorgado o aval em virtude de vício de vontade.

- a - Todas as afirmações são verdadeiras;
- b - Nenhuma das afirmações é verdadeira;
- c - Duas afirmações são falsas;
- d - Apenas as afirmações I e III são verdadeiras;
- e - São verdadeiras apenas as afirmações I e II.

46. Analise os enunciados abaixo, assinalando verdadeiro ou falso, e em seguida identifique a alternativa que representa corretamente o julgamento das afirmações:

I. São finalidades do registro público de empresas mercantis dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis submetidos a registro ( ).

II. São atos do registro de empresa a matrícula, o arquivamento, a autenticação e a averbação ( ).

III. A proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades ( ).

- a - V, V, V;
- b - F, V, V;
- c - F, V, F;
- d - V, F, F;
- e - V, F, V.

47. Analise os enunciados abaixo, assinalando verdadeiro ou falso, e em seguida identifique a alternativa que representa corretamente o julgamento das afirmações:

I. São possíveis causas de dissolução parcial de sociedade contratual a morte do sócio, a retirada de sócio e a liquidação de quota social a pedido de credor do sócio ( ).

II. Na hipótese de liquidação de quota social a pedido de credor do sócio, o seu valor será apurado de acordo com o montante efetivamente realizado e, salvo disposição em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução ( ).

III. Liquidada a quota social do sócio a pedido de um seu credor particular, não há exclusão da sociedade opera de pleno direito ( ).



- a - F, F, V;
- b - F, F, V;
- c - F, F, F;
- d - V, V, V;
- e - V, F, F;

48. Analise as afirmações a seguir e em seguida identifique a alternativa correta:

I. São elementos normalmente utilizados para caracterização do empresário o profissionalismo, a organização da atividade econômica e a dedicação à circulação de bens ou serviços;

II. O exercício da atividade rural e o de atividades de natureza científica, literária ou artística podem se caracterizar como atos de empresa;

III. As sociedades cooperativas, dependendo da atividade explorada, poderão ser consideradas empresárias.

- a - Todas as afirmações são verdadeiras;
- b - Nenhuma das afirmações é verdadeira;
- c - Duas afirmações são falsas;
- d - Apenas as afirmações I e III são verdadeiras;
- e - São verdadeiras apenas as afirmações I e II.

49. Analise as afirmações a seguir e em seguida identifique a alternativa correta:

I. Para a teoria natalista a personalidade civil somente é adquirida pelo nascimento com vida;

II. A teoria concepcionista entende que a personalidade tem início a partir da concepção, porém, fica submetida a uma condição resolutiva: o nascimento com vida, assegurados, no entanto, desde a concepção, os direitos de personalidade, inclusive para assegurar o nascimento;

III. O legislador do Código Civil determinou que a pessoa começa do nascimento com vida, mas colocou a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

- a - Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- b - Apenas a assertiva III está correta;
- c - Apenas a assertiva I está correta;
- d - Todas as assertivas estão corretas;
- e - Apenas as assertivas I e III estão corretas.



50. Assinale a alternativa correta:

- a - A teoria da agnição considera perfeito o ajuste quando o proponente toma ciência do conteúdo da aceitação;
- b - O Código Civil brasileiro adotou a teoria da agnição ou declaração na modalidade da expedição;
- c - A teoria da cognição considera perfeito o contrato no exato momento em que o oblato concorda com os termos da proposta;
- d - A teoria da recepção prega que a perfeição do contrato somente se verifica quando a anuência da proposta é recebida pelo proponente, ainda que ele não tenha tomado ciência de seus termos;
- e - Contrato aleatório é aquele em que as partes podem antever as vantagens e sacrifícios advindos da avença, verificando desse modo a equivalência.

51. Assinale a alternativa correta:

- a - Não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa;
- b - As benfeitorias necessárias ou úteis, não abandonadas ao que sofreu a evicção, não serão pagas pelo alienante;
- c - O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento do preço no prazo de 30 (trinta) dias se a coisa for móvel, e de 2 (dois) anos se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido a metade;
- d - Na hipótese de vício redibitório é possível a rejeição da coisa, não sendo cabível o abatimento do preço;
- e - Se o alienante não conhecia o vício da coisa restituirá o que recebeu com perdas e danos e as despesas do contrato.

52. Assinale a alternativa correta:

- a - Bem móvel não pode ser adquirido mediante usucapião;
- b - Aluvião, avulsão e álveo abandonado são formas de aquisição de propriedade móvel;
- c - O prazo mínimo para a usucapião de bem imóvel é de 15 anos;
- d - O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo;
- e - O ordenamento jurídico brasileiro não admite a aquisição da propriedade móvel por ocupação.

53. Analise as afirmações a seguir, acerca da responsabilidade civil, e em seguida identifique a alternativa correta:

I. Segundo a teoria do risco criado, aqueles que exercem determinadas atividades, serão responsáveis pelos danos delas decorrentes, independentemente da avaliação da sua conduta no caso concreto;



II. O Código Civil brasileiro não contempla hipótese de responsabilidade objetiva;

III. De acordo com a doutrina majoritária, o Código Civil brasileiro adotou a teoria do risco integral como fundamento da responsabilidade objetiva;

IV. Segundo a teoria do risco proveito, a indenização seria limitada pelo lucro auferido pelo agente causador do dano, sendo este o critério adotado pela legislação brasileira.

- a - Todas as afirmações são verdadeiras;
- b - Nenhuma das afirmações é verdadeira;
- c - Três afirmações são verdadeiras;
- d - Apenas uma afirmação é verdadeira;
- e - Duas afirmações são verdadeiras.

54. Analise as afirmações a seguir e em seguida identifique a alternativa correta:

I. A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a autoridade da coisa julgada;

II. A tutela do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da autoridade da coisa julgada, consagrada na Lei de Introdução ao Código Civil, apresenta como um de seus resultados o reconhecimento da ordinária irretroatividade da lei civil;

III. De acordo com o atual Código Civil os efeitos dos negócios jurídicos se subordinam, salvo especial convenção entre as partes, às suas regras, se produzidos após a sua vigência, ainda que os negócios tenham sido constituídos previamente.

- a - Todas as afirmações são verdadeiras;
- b - Nenhuma das afirmações é verdadeira;
- c - Duas afirmações são falsas;
- d - Apenas as afirmações I e III são verdadeiras;
- e - São verdadeiras apenas as afirmações I e II.

55. Analise os enunciados abaixo, assinalando verdadeiro ou falso, e em seguida identifique a alternativa que representa corretamente o julgamento das afirmações, acerca dos direitos da personalidade:

I. Que não possuem previsão legal, devendo ser considerados exclusivamente como princípios jurídicos;

II. Que sua tutela é prerrogativa exclusiva do titular do direito;



III. Que cabe a tutela preventiva, assim como a pretensão de indenização por perdas e danos;

IV. Que são previstos exclusivamente na Constituição Federal;

V. Que, com exceção dos casos previstos em lei, são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

- a - V, F, V, V, F;
- b - F, F, V, F, V;
- c - F, V, V, F, V;
- d - F, F, V, F, F;
- e - V, F, F, V, V.

56. Quanto ao bem de família, é correto afirmar que:

- a - É isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio;
- b - É isento de execução por qualquer dívida posterior à sua instituição;
- c - É isento de execução por dívidas posteriores e anteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio;
- d - É isento de execução por dívidas anteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio;
- e - É isento de execução apenas por dívidas de condomínio, desde que posteriores à sua instituição.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

57. Assinale a alternativa incorreta:

- a - É correto falar em dever fundamental de pagar tributos segundo a capacidade contributiva de quem tenha realizado o fato gerador previsto em lei, vez que o Estado precisa obter receita para atender as necessidades públicas;
- b - O Direito Tributário não se relaciona com ramos de direito privado;
- c - A função do tributo não se restringe a propiciar meios financeiros para o Estado desempenhar suas atividades. Deve ser vista também como instrumento de desenvolvimento político e socioeconômico, para o fortalecimento da cidadania e do Estado Democrático de Direito;
- d - A interpretação do Direito Tributário deve levar em conta: os princípios constitucionais tributários, a relação jurídica tributária sob os aspectos formal e material, o nascimento e os elementos da obrigação tributária, a constituição do crédito tributário;
- e - As competências tributárias, as limitações do poder de tributar e a repartição das receitas tributárias estão previstas na Constituição Federal.



58. Assinale a afirmativa correta:

- a - A publicação da lei fixa a sua existência e o início da sua vigência;
- b - A eficácia da legislação tributária nem sempre pressupõe a produção dos seus efeitos jurídicos sobre o fato concreto;
- c - Com relação a atos ou fatos pretéritos a lei tributária somente tem aplicação quando lhes comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática;
- d - A validade da norma jurídica tributária não depende da sua adequação ao sistema tributário nacional;
- e - As normas tributárias complementares das leis, como os atos administrativos, as decisões administrativas e os convênios, entram em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

59. Escolha a alternativa incorreta, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a - A denominação e a destinação legal do produto da arrecadação dos impostos é fundamental para determinar sua natureza jurídica;
- b - O fato gerador da obrigação tributária determina a natureza jurídica específica do tributo;
- c - Com a prática do fato gerador surge a obrigação para o contribuinte de pagar o tributo ou a penalidade pecuniária correspondente;
- d - A definição legal do fato gerador é interpretada sem levar em conta a validade jurídica dos atos praticados pelos sujeitos passivos tributários, a natureza do seu objeto e seus efeitos;
- e - A finalidade do produto da arrecadação tributária constitui um dos critérios de validação do empréstimo compulsório.

60. Sobre os princípios tributários, julgue as assertivas a seguir, conforme sejam verdadeiras ou falsas, e assinale a alternativa correta:

I. Segundo o princípio da capacidade tributária, sempre que possível, os impostos serão proporcionais à riqueza do sujeito passivo, preservando-se, de um lado, o mínimo vital e, de outro, coibindo-se a tributação confiscatória.

II. A definição de fatos geradores de impostos discriminados na Constituição Federal mediante edição de medidas provisórias atende ao princípio da legalidade tributária.

III. Ressalvadas as exceções albergadas pela Constituição Federal, a instituição ou majoração de tributos somente implica em sujeição passiva tributária, se observadas cumulativamente a anterioridade de exercício e a anterioridade mínima de 90 (noventa) dias.

IV. Os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que atendidos os requisitos do Código Tributário Nacional, são imunes ao imposto que incida sobre sua renda, patrimônio ou serviços relacionados às suas finalidades essenciais.

V. A fixação de alíquotas diferenciadas de IPI, conforme os produtos tributados sejam essenciais ou supérfluos, além de atender ao princípio da seletividade, coaduna-se com a finalidade extrafiscal da tributação.

- a - São verdadeiras as assertivas II, III e IV;
- b - Somente a assertiva II é verdadeira;
- c - São verdadeiras as assertivas I, II, IV e V;
- d - São verdadeiras as assertivas I, III, IV e V;
- e - São verdadeiras as assertivas I, III e V.

61. Quanto ao sujeito ativo da obrigação tributária é incorreto afirmar:

- a - Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento;
- b - Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos;
- c - Admite-se a delegação da competência tributária, sob a denominação de capacidade tributária ativa, das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- d - De regra, a competência tributária é indelegável;
- e - A atribuição a outros entes, na forma e nos limites legais, das funções de arrecadação e fiscalização compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

62. Assinale a opção verdadeira:

- a - A simples confissão da infração tributária configura denúncia espontânea e exclui a responsabilidade tributária;
- b - O pedido de parcelamento por si só importa denúncia espontânea;
- c - A denúncia espontânea resta caracterizada com a declaração do débito acompanhada do pagamento do tributo e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando for o caso.
- d - Denúncia espontânea da infração é ato solene, exigindo, portanto, forma especial.
- e - Considera-se espontânea a denúncia apresentada pelo contribuinte logo após lavrado o termo do início da fiscalização tributária, desde que efetue o pagamento do tributo.

63. Assinale a alternativa correta, à luz das disposições do Código Tributário Nacional, considerando a situação hipotética exposta.



sa ABC e Cia Ltda. foi constituída por Sr. Y e Sr. X, ambos detentores de poderes de administração da empresa.

O Sr. W foi contratado e constituído administrador da empresa pelos sócios, possuindo poderes plenos para administrar a mesma, como se sócio fosse.

Não tendo a empresa cumprido suas obrigações tributárias, contra ela foram lavrados autos de infração por autoridade tributária competente, com a demonstração de que realizava operações de circulação de mercadorias acobertadas por notas fiscais adulteradas.

Posteriormente, foram inscritos em dívida ativa os respectivos valores e ajuizadas as execuções fiscais pertinentes.

No transcorrer do processo de execução fiscal foi constatado que a empresa não estava mais em funcionamento.

a - Não se pode admitir a responsabilidade pessoal dos sócios ou do administrador, uma vez que os atos eram praticados unicamente em prol do interesse da empresa;

b - Em razão de não fazer parte da sociedade, o administrador W não responde pelo crédito tributário;

c - A inobservância das obrigações tributárias autoriza o reconhecimento da responsabilidade solidária entre a empresa, X, Y e W;

d - A situação apresentada gera efeitos unicamente fiscais, não havendo qualquer indício de prática de crime contra a ordem tributária, motivo pelo qual não seria aceitável representação criminal à autoridade competente;

e - Somente W pode ser responsabilizado solidariamente com a empresa, já que foi contratado pela empresa para gerir os negócios.

64. A respeito da prescrição intercorrente, assinale a alternativa incorreta, à luz do artigo 40 da Lei 6.830/80 e do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria:

a - No processo de execução fiscal, o exequente dispõe de cinco anos para providenciar e realizar a citação tanto da empresa executada quanto de seus sócios, como co-responsáveis tributários, em caso de redirecionamento do processo;

b - Somente se pode falar em reconhecimento da prescrição intercorrente em razão de inércia e demora do andamento da execução fiscal por culpa exclusiva do exequente;

c - No caso de não serem localizados bens do devedor em processo de execução fiscal, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo quinquenal de prescrição intercorrente que, se configurada, após a oitiva da Fazenda Pública, pode ser reconhecida de ofício pelo juiz competente;

d - O despacho do juiz que ordenar a citação do executado em processo de execução fiscal, se proferido após a entrada em vigor da Lei Complementar nº. 118/2005, interrompe o prazo de prescrição;

e - Ao processo administrativo tributário, por meio do qual se constitui o crédito tributário objeto de execução fiscal, em que ainda esteja pendente solução de recurso

administrativo voluntário apresentado pelo contribuinte, não é aplicável a prescrição intercorrente.

65. Julgue as assertivas a seguir e, após, assinale a alternativa correta.

I. A penhora 'on-line' de numerário existente em conta bancária mantida em instituição financeira, por quem figure no pólo passivo de ação de execução fiscal, atende à ordem legal de bens para penhora, prevista no artigo 11 da Lei 6.830/80, por se equiparar a penhora de dinheiro, sendo, assim, medida constritiva preferencial para o exequente.

II. Depois de garantida a execução fiscal, o executado poderá oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do depósito em dinheiro ou da juntada aos autos da certidão de intimação da penhora.

III. Em execução fiscal, é vedado ao credor cobrar multa da massa falida, bem como juros anteriores à data da quebra. Porém, em caso de redirecionamento da execução fiscal perante os responsáveis tributários, poderá ser mantida a cobrança tanto da multa quanto dos juros, em seus valores integrais.

IV. Como a Lei Federal 6.830/80 não contém disposição específica a respeito, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Civil ao processo de execução fiscal, conforme alteração trazida pela Lei Federal 11.382/2006, pode-se afirmar que, salvo decisão fundamentada em contrário, em caso de grave dano de difícil ou incerta reparação ao executado, os embargos à execução fiscal não apresentam efeito suspensivo.

V. A intimação pessoal do representante da Fazenda Pública consagrada pela Lei 6.830/80, além de limitar-se à tramitação do processo em primeira instância, não se aplica aos Embargos à Execução Fiscal.

a - V, F, V, V, V;

b - V, F, V, V, F;

c - V, V, F, V, V;

d - F, V, V, V, F;

e - F, V, V, F, V.

66. Julgue as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O ajuizamento de ação judicial ou mandado de segurança sobre matéria tributária, por contribuinte que esteja sob fiscalização, implica em renúncia do mesmo ao contencioso administrativo, desde que haja identidade de objetos entre o processo administrativo e o processo judicial.